

“Aqui também é do Palácio”: o trabalho associado e as disputas por apropriação do território urbano pela comunidade dos pescadores artesanais de Boa Viagem, Niterói¹

Larissa de Fátima Ramalho Pereira (IESP - UERJ)

Palavras-chave: Pescadores Artesanais; Trabalho Associado; Niterói.

1. Introdução

Economia Solidária (ES) é um conceito utilizado para descrever um certo tipo de atividade econômica e social, se referindo aos trabalhadores reunidos em associações produtivas de autogestão democrática e propriedade comunitária de capital. Algumas definições entendem que se trata de um modo de produção alternativo ao capitalismo e que defende a sustentabilidade, melhores condições de vida, trabalho e direitos igualitários para as minorias sociais. Para isso, reconhece como legítimas apenas as cadeias produtivas sem exploração da mão de obra, em que se conhecem todas as etapas da produção e se retiram os atravessadores, aproximando os produtores dos consumidores, por um lado, e os trabalhadores da sua própria produção, por outro.

No entanto, não há um consenso estabelecido sobre a caracterização exata desse tipo de economia, e as delimitações de suas fronteiras têm se dado por meio de seus militantes, conforme os acordos de cada coletivo ou Fórum, e/ou através das definições jurídicas que se propagaram no final do século XX e início dos anos 2000. O início do século XXI foi o período de maior intensidade do debate sobre o tema na agenda pública, científica e política no Brasil, em que mais de um milhão de pessoas estavam envolvidas em atividades desse tipo (Gaiger, 2013). Nesse momento, intensificaram-se os efeitos da urbanização e do crescimento das cidades no país, ao mesmo tempo em que iniciavam-se algumas das transformações no mundo do trabalho que seriam acirradas nas décadas seguintes, com a desaceleração econômica brasileira, alterações nas leis trabalhistas e popularização do ideário empreendedor. Apesar da informalidade nos postos de trabalho ser uma marca das economias do sul global, essas e outras alterações trazem novos impactos aos indivíduos, que acumulam diferentes ocupações para assegurar a sobrevivência. O estudo sobre as atividades autodefinidas como economicamente solidárias pode indicar as relações com o mercado de trabalho formal, mas, mais que isso, é capaz de pavimentar algumas reflexões sobre a

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

identidade e integração social com o conjunto mais amplo de agentes que identificam na Economia Solidária uma estratégia de atuação, conscientemente ou não.

Um dos grupos sociais especialmente atingidos pelas mudanças nos modos de vida decorrentes da urbanização recente são as comunidades tradicionais, definidas pelo decreto 6.040, de 2007, como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica” (Brasil, 2007). Entre esses povos estão os pescadores artesanais, que, como aponta Bronz (2023), são tão diversos como a extensa costa brasileira. Apesar disso, existem fatores que constroem a sua identidade coletiva e que permitem o reconhecimento entre eles, como a estreita relação com o ideal de liberdade e autonomia de quem vive entre a água e a terra, garantido pelo respeito que nutrem pelo mar, causador de incertezas (Bronz, 2023).

Em Niterói, os pescadores artesanais estão presentes em quase todas as praias, da Baía à Região Oceânica. O município possui quase 500 mil habitantes e apenas 13 quilômetros de distância ao Rio de Janeiro graças à Ponte Rio Niterói, que permite aos habitantes de ambas as cidades realizarem migrações pendulares em decorrência de suas ocupações de trabalho ou estudo. No estado fluminense, Niterói ocupa um lugar de destaque, principalmente por conta de seus indicadores sociais e econômicos positivos, que a colocam na sétima posição de maior IDH no Brasil, tendo um rendimento mensal médio de 3,1 salários mínimos, superior às taxas nacionais (IBGE, 2023). Esses indicadores, entretanto, são alçados pelos habitantes dos principais bairros da região, como Boa Viagem, Ingá, Icaraí, São Domingos, São Francisco e Charitas. Neste trabalho, os pescadores artesanais aos quais me refiro dizem respeito ao grupo que tem como território de atuação, trabalho e práticas socioculturais a Ilha de Boa Viagem. Moradores do Morro do Palácio, uma das principais favelas da cidade, os pescadores deste grupo se dedicam principalmente à coleta do mexilhão.

Desde meados de 2022, iniciou-se, entre os gestores da Prefeitura municipal e a gestão organizadora do Fórum de Economia Solidária de Niterói, movimentos na tentativa de se aproximar das diversas colônias e comunidades de pescadores artesanais de Niterói e do entorno. Essa pressão foi sentida mais intensamente em 2023 nas ações dos representantes governamentais da Economia Solidária, principalmente no que tange ao subsecretário da pasta e aos funcionários do Banco Araribóia, banco comunitário do município, que passaram a trabalhar especificamente em projetos que visassem diversificar os ramos produtivos dos cadastrados no Fórum, com foco na agricultura familiar, sobretudo na pesca artesanal. Nesse período, meu contato constante com os pescadores e marisqueiros da Ilha de Boa Viagem e

do Centro da cidade se tornou conhecido por estes representantes, que passaram a me contatar para que eu mediasse os encontros entre os grupos e a Prefeitura - o que quase nunca aconteceu. A trajetória que me possibilitou circular entre os pescadores teve início em outubro de 2022, quando comecei a acompanhar as reuniões de criação da TAMBOA, sigla para os Trabalhadores Associados do Mar de Boa Viagem.

Neste trabalho, apresento a história de formação da TAMBOA, tendo como principal metodologia teórica e analítica o trabalho etnográfico realizado ao longo de quase dois anos. Sendo assim, o objetivo é refletir sobre o que motivou a associação destes pescadores entre si, e a integração deles ao Fórum de Economia Solidária de Niterói. Isso acontece porque o trabalho da comunidade de pescadores artesanais que está em foco aqui aconteceu historicamente de modo individual e familiar, isto é, sem a formação de empreendimentos, associações ou cooperativas formalizadas. A prática coletiva da pesca não levou, neste caso, ao estabelecimento de lideranças específicas que visassem à formação de coletivos para salvaguardar os direitos dos trabalhadores do mar, como ocorreu em outras áreas da cidade. Conforme discuto nas próximas seções, as motivações para a Associação dos pescadores e marisqueiros artesanais da Ilha de Boa Viagem, a TAMBOA, flutuaram ao longo do tempo, conforme se estreitavam as disputas pelo território e pelo direito à memória, e se identificavam oportunidades diversas e, por vezes, antagônicas.

Esses conflitos se relacionam às transformações urbanísticas do município e aos discursos sobre o tipo de cidade pensada pela gestão pública, que, de algum modo, se entrelaçam aos planos para a Economia Solidária. Este trabalho utiliza os dados coletados no trabalho etnográfico realizado entre 2022 e 2023, além de entrevistas semi estruturadas com oito membros da TAMBOA e quatro marisqueiros e marisqueiras individuais que trabalham diretamente com a associação. As entrevistas e o trabalho de campo tiveram como espaços a Praia de Boa Viagem, especialmente a Ilha, enquanto meus interlocutores trabalhavam, acendendo o fogo, descascando ou ensacando o mexilhão; e o Morro do Palácio, após o dia de trabalho, sentados ao meu lado na arquibancada de frente ao MACquinho, ou em uma das salas disponibilizadas no ambiente interno da plataforma.

2. Os pescadores da Ilha de Boa Viagem: A TAMBOA, criação e motivações

Em 2022, teve início o subprojeto Pesca Solidária, uma das ações do projeto Educação Ambiental, medida estabelecida pelo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) Frade do Ministério Público Federal com a Chevron por conta do vazamento de petróleo na Bacia de

Campos em novembro de 2011 e março de 2012. Hoje, entretanto, a empresa responsável pelas medidas compensatórias é a PRIO, antiga PetroRio, que comprou os ativos para a exploração do Campo de Frade. O subprojeto Pesca Solidária apoiou financeiramente a formalização de quatro associações de Niterói e São Gonçalo, com assessoria jurídica e administrativa, além do investimento em infraestrutura e em capacitações para os trabalhadores.

A TAMBOA, sigla para Trabalhadores Associados do Mar de Boa Viagem, foi uma das associações criadas pelo edital aberto por meio do gestor financeiro do projeto Educação Ambiental, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Essa instituição se define como um “mecanismo financeiro nacional privado, sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com os setores governamental e privado e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade” (FUNBIO, 2017). O fundo destinado ao subprojeto foi alocado no Banco do Preventório, banco comunitário focado no “desenvolvimento local das favelas” (Banco Preventório, 2023). As associações foram fundadas no marco da economia solidária, conforme estabelecido pelo edital.

Tive a oportunidade de acompanhar as reuniões de formação da TAMBOA entre setembro de 2022 e janeiro de 2023, momento de finalização do projeto, a convite dos coordenadores, que integram o Fórum de Economia Solidária de Niterói. Depois disso, continuei tendo reuniões com o grupo, nas quais minha presença era solicitada para auxiliar na resolução de questões burocráticas e nos conflitos entre os pescadores e a prefeitura. Minha entrada em campo se deu a partir do desejo da esfera organizacional do Fórum e da Casa Azul pela maior aproximação de grupos produtivos diversos ao circuito econômico solidário da cidade. Nesse momento, minha função seria cadastrar os integrantes das quatro associações fundadas pelo Projeto Pesca Solidária ao Fórum, sob justificativa dos coordenadores de que essa ação era de interesse dos pescadores. Minha estratégia foi acompanhar as reuniões para que o grupo pudesse me conhecer e ficar à vontade com a minha presença antes de aplicar o questionário socioeconômico de inscrição. Esse processo durou meses, nos quais participei de duas reuniões por semana com os pescadores, sempre às terças e sextas-feiras, e pude identificar o desconhecimento quase total deles em relação ao Fórum e à própria economia solidária. Mesmo no instante do cadastro, eu e minha colega de trabalho fomos questionadas sobre o motivo do procedimento e a função da Casa Azul. Percebi também o incentivo e o estímulo dos coordenadores para o cadastramento acontecer,

em uma argumentação de que a inscrição possibilitaria a participação do grupo nas feiras de comercialização.

Com a minha participação assídua, pude observar a estratégia dos coordenadores do projeto para adequar a atuação dos pescadores e marisqueiros aos limites das “boas práticas”, que dizem respeito tanto ao manejo do pescado, quanto ao comportamento nas próprias reuniões. Embora tanto o projeto, quanto a economia solidária admitam a importância em reconhecer e respeitar as especificidades de cada grupo social, sendo uma parceria entre uma grande ONG e um banco comunitário, na prática foram produzidas formas mais veladas de estigmatização, constringendo desde o conhecimento geracional da manipulação do marisco nos encontros eventuais com biólogos, até o modo de falar e de resolver conflitos nos encontros semanais com os coordenadores. É interessante observar que duas das lideranças do Fórum participaram ativamente da construção da Associação, com foco na mediação das decisões e na própria idealização dos motivos que levaram à sua fundação.

Nas reuniões do projeto, os marisqueiros e marisqueiras artesanais tinham suas falas marcadas pela ideia de melhorar e “profissionalizar” suas práticas, apontando a importância de usar um uniforme para se diferenciar de pessoas em situação de rua, por exemplo. A aquisição e a caracterização dos barcos foram passos dados em busca deste mesmo ideal e de modo a se opor ao que consideravam ser marcas de amadorismo. Faço essa distinção porque entendo que a prática da pesca artesanal já era profissionalizada antes dessas modificações, uma vez que o grupo detém o conhecimento necessário para realizar as atividades extrativistas, que demandam o mapeamento do território aquático, a compreensão sobre as espécies marítimas e uma rede de contatos que permite a comercialização do produto. Isso não significa dizer que os pescadores não tenham o desejo de adquirir materiais mais tecnológicos e que facilitem o trabalho, entretanto, o discurso que associa a “profissionalização” a uma mera modernização da produção pode levar a uma desvalorização dos conhecimentos geracionais dos pescadores, que são iniciados na prática por seus antecessores. As aulas de biologia ministradas para o grupo, por exemplo, tentavam dar conta da importância social da pesca, repassando os conhecimentos científicos da área. As informações, porém, não eram de todo desconhecidas pelos pescadores, como indica a fala do marisqueiro Fernandes, para quem “*a maioria das aulas tentaram nos ensinar o que nós já sabíamos, mas tudo bem, foi legal*”².

² Fala retirada da entrevista realizada em agosto de 2023.

Outra preocupação recorrente dizia respeito à percepção dos turistas e moradores da orla sobre o grupo, principalmente no que tange à manipulação do fogo e dos instrumentos de trabalho. Esses incômodos sobre seu modo de agir e estar no mundo revelam o impacto da discriminação de raça e classe na subjetividade dos indivíduos, que traçam estratégias, conscientes ou não, de modo a responderem a um padrão de comportamento associado às demandas do capital expressas pela elite financeira e política que também ocupa a praia. Aqui, a profissionalização nos termos da melhoria técnica e tecnológica, em uma busca pelo consenso e pela modernização, se configura quase como um ensaio para a homogeneização, uma vez que as diferenças são entendidas como risco. Isso acontece porque o saber e a atividade dos marisqueiros só é reconhecida pelo entorno se for adequada aos ideais de limpeza, estética e técnica valorizados pelo poder público e pelos habitantes de Boa Viagem.

Essa observação se fundamenta pelo material coletado no trabalho de campo e na própria fala dos pescadores e marisqueiros, para quem a socialização com os moradores do asfalto e o diálogo com a gestão pública encontrou uma melhora significativa após a formalização da TAMBOA, especialmente com a Guarda Municipal:

Antes eles implicavam mais, hoje eles não tão mais implicando. (...) Tem muita gente envolvida, que já ajuda... agora mesmo, viemos do barco, tiramos nossa mercadoria, tinha um grupo fumando. Os que estavam fumando aqui são da nossa cor, chegou o Niterói Presente, parou os neguinhos que estavam fumando e os playboys com o maior baseado na mão, não mexeram. (...) Eles sabem que nós somos marisqueiros... se fosse antigamente... a TAMBOA tá ajudando. É só a carteiraada. (Alex, marisqueiro, sobre a interação com a Guarda criada em parceria firmada entre a Prefeitura de Niterói e o governo do Estado do Rio de Janeiro)

[a criação da associação] Trouxe o reconhecimento que a gente não tinha perante a prefeitura, perante os órgãos. Fez eles enxergarem que a gente existia, mesmo, só que a gente era ilegal, né, a gente não era... pelo menos a gente se tornou visível. Quando você [se] torna uma associação, uma cooperativa, seja lá qual for, quando você se torna um grupo, que tem seus direitos e seus deveres, você já pode exigir mais. (Tatiana, marisqueira, sobre a interação com a Prefeitura de Niterói)

A gente começou a passar a ser mais visto. Você passa a ser mais visto, ser mais conhecido também. Antes trabalhava com medo de acontecer alguma coisa... da prefeitura tirar a gente daqui. (Yago, marisqueiro, sobre a interação com a Prefeitura de Niterói)

Os relatos acima foram retirados das entrevistas semi-estruturadas realizadas entre junho e setembro de 2023 com os membros da TAMBOA. A fala de Alex é especialmente interessante ao reconhecer a desigualdade de tratamento dado pela guarda municipal aos *playboys*, termo utilizado para se referir aos jovens brancos e moradores da orla, em relação ao tratamento dado à população negra. O marisqueiro entende que se ele não fosse

reconhecido pela guarda como um trabalhador membro de um coletivo organizado e formalizado, sofreria as mesmas repressões que os jovens negros fumando maconha, mesmo que não estivesse acompanhado deles. Esse medo atravessa a fala de todos os pescadores, que já sofreram deslocamentos forçados pela gestão pública e repressões arbitrárias pelas forças policiais. A adequação do trabalho aos ideais jurídicos-burocráticos, porém, não teria tanto valor se não houvesse outras instituições envolvidas no processo, como demarcam os outros associados. A consagração do edital da Funbio garantiu uma aproximação a figuras com capital político na cidade e ao próprio Fórum de Economia Solidária, abrindo espaço para que o grupo alcançasse outro tipo de atenção do poder público, inaugurando um novo modo de se movimentar pelo espaço social. Isso não significa que eles fossem por elas desconhecidos³, mas tão somente que uma outra proximidade foi alcançada, de modo que esses trabalhadores hoje conquistaram novos espaços e apoios, o que fortalece, de algum modo, a resistência e a permanência no local.

Entretanto, é interessante notar que nem todos os pescadores e marisqueiros que ocupam e trabalham na Ilha de Boa Viagem estão integrados à associação. A rotina de visitas ao Palácio e à Ilha me tornou uma figura conhecida entre a comunidade pesqueira, o que me permitiu entrevistar não apenas os membros da TAMBOA, mas alguns trabalhadores que permaneceram na configuração de trabalho individual. Essa observação me interessou, já que me foi confidenciado, por outros pescadores daquela e outras áreas, que o estímulo para a integrar a TAMBOA era intenso, girando em torno das possibilidades de crescimento que seriam proporcionadas pelo fomento financeiro do TAC, fator reconhecido também pelos associados, que indicaram a compra dos materiais de trabalho e conquista de direitos como principal fator para a associação formalizada.

Por causa dos benefícios, falaram que ia vir uma melhoria para nós, e realmente chegou esses barcos, o motor... Até o momento, a questão da melhoria foi só esse barco mesmo. Porque a organização ainda não tem nenhuma. No ritmo que eu trabalhava antes da associação é o que eu trabalho associado. É a mesma coisa. A melhoria é a questão dos barcos. Mas o resto não melhorou não. (Djalma, marisqueiro, sobre o que motivou a associação)

Eu escolhi me associar por conta dos benefícios que iam chegar pra gente, que ia ter uma forma mais fácil de trabalhar e não se cansar muito. (...) A gente tem esses benefícios aí, os barcos, os motores pra usar, pra trabalhar, pra pescar, entendeu. Porque quando não tinha, a gente saía pra pescar, tinha que ir nadando pra pedra,

³Um dos órgãos que acompanha o trabalho dos marisqueiros anteriormente ao início do Pesca Solidária é a Fundação Instituição da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), que analisa a produção do pescado fluminense em todas as colônias de pescadores e marisqueiros artesanais. O órgão é vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA).

entendeu? Hoje em dia não, hoje em dia a gente chega aqui, pega um barco desse aí e vai pra fora, vai mundo afora pescando. (Yago, marisqueiro)

A associação, depois dela organizada, (...) espero que a gente consiga um selo de qualidade, porque a mercadoria da gente vai ter mais valor. Nós tivemos suporte, que são os motores e o barco, porque a gente só arrancava mexilhão aqui. Com o motor e com o barco a gente pode rodar a baía toda. A gente teve suporte pra ter uma condição de trabalho melhor. (Marcelão, marisqueiro)

Quando chega a temporada aí, a maioria não tem barco e a associação tem barco, pode ir lá pra fora pegar um produto melhor, de qualidade. Fora os benefícios que estão por vir aí, que quem não é associado não vai ter direitos, né. Quem não é associado infelizmente não vai ter direito a nada. (Fernandes, marisqueiro)

Agora tem as melhorias, os barcos.. a venda também, vamos começar a melhorar a guardar nosso mexilhão, futuro é melhor. Caso aconteça alguma coisa na baía, de óleo, a associação pode ter uma verba, caso aconteça. (Alex, marisqueiro)

As falas acima são de membros ativos da TAMBOA, indicando que a associação foi motivada pelos benefícios imediatos do projeto, principalmente os que se referem à aquisição de barcos e motores, o que facilita o trabalho em dias de maré cheia e permite a pesca de outras espécies nas épocas reprodutivas do marisco. Além disso, a fala de Alex relembra do derramamento de óleo que deu origem ao TAC Frades, que financiou o projeto responsável pela formalização da TAMBOA. Há o entendimento, assim, de que a continuidade da Associação confere certas garantias legais em caso de desastres ou crimes ambientais, por exemplo. Apesar dessas mudanças, pouco foi alterado na organização do trabalho, uma vez que os associados continuam vendendo os produtos individualmente. A principal alteração foi o compartilhamento dos barcos, que interfere nos acordos entre os marisqueiros sobre o horário de saída e chegada com as embarcações.

Hoje, o coletivo conta com mais de vinte associados, sendo apenas duas mulheres, cujos maridos também fazem parte da associação. As outras marisqueiras se distanciaram dos homens pelas práticas machistas, pela sub remuneração, pelo cansaço associado à tripla jornada de trabalho que enfrentam e pela falta de benefícios direcionados à função do descasque, majoritariamente feminino. A desvalorização do descasque, nesse caso, impactou especialmente as mulheres, que se aproximaram da TAMBOA, de modo geral por mediação dos maridos, e se afastaram da Associação pelos incômodos sentidos nas reuniões, nas quais tinham suas falas censuradas ou diminuídas.

Quando começou a TAMBOA, as mulheres iam no lugar dos maridos porque eles trabalhavam, então não dava pra eles participarem. Então fez uma votação, para quem não pudesse ir, as mulheres iam no lugar. Aí a gente tava indo. Meu marido é associado, eu estava indo pra representar ele. (Cristina, marisqueira)

Começou a ter muita confusão, não valia a pena ficar me estressando por uma coisa onde eu não tinha direito a palavra também. Porque se até então ia entrar todo mundo como sócio, basicamente, assim, então acho que eu tinha direito à palavra, de tirar minhas dúvidas... não só eu, mas as outras meninas também, a gente decidiu se afastar. (Rayane, marisqueira)

Meu esposo é associado e porque, assim, pelas coisas que vem acontecendo, não pelos projetos, pelas ideias das pessoas, mas pela falta de organização de algumas coisas... A paz, no meu ver, a minha paz vale muito mais. (Mariana, marisqueira)

A representação dos maridos pelas mulheres acontece porque os casais costumam trabalhar juntos na extração do mexilhão. Apesar disso, os conflitos entre os homens e a perda de espaço das mulheres provocou a ruptura entre elas e a TAMBOA, embora continuem trabalhando na praia. Essa separação levou os coordenadores do Pesca Solidária a inaugurar uma rotina paralela de reuniões exclusivamente feminina, chamada Mar das Marisqueiras, com objetivo de fortalecer o trabalho feminino na pesca artesanal, com atividades de empoderamento feminino e conversas sobre machismo e discriminação. Nesse sentido, apesar de fazerem parte de um mesmo grupo social, as diferentes posições ocupadas por cada marisqueiro na divisão social para o trabalho e as desigualdades de gênero foram os principais fatores de oposição à associação. Para que essas motivações possam ser melhor entendidas, faço uma breve descrição sobre a organização do trabalho no item abaixo.

3. Etapas de trabalho: organização social e interesses para a associação

O trabalho no marisco artesanal é organizado em algumas etapas, sendo iniciado ainda no Morro do Palácio, com a observação do tempo e da flutuação das marés. Os marisqueiros podem trabalhar individualmente, fazendo cada etapa sozinhos, ou em grupos, divididos de acordo com suas preferências, necessidades ou experiências. Nem todos os trabalhadores da região se reúnem formalmente na TAMBOA, mas a associação para o trabalho não depende disso, necessariamente. Os marisqueiros mais experientes, via de regra, possuem seus ajudantes, que geralmente não são vinculados à Associação, recebendo uma parte do que é obtido na venda do produto minimamente processado e ensacado. Essas vinculações dependem das relações familiares, de amizade e/ou de vizinhança, dependendo também da estima e afeto que possuem uns com os outros. Sendo assim, os marisqueiros geralmente trabalham com quem têm uma boa relação. Com a consagração da Associação, essas afinidades direcionam os grupos que compartilham os barcos.

O conhecimento adquirido por anos vividos entre o mar e a terra, observando os familiares mais velhos e os mais experientes garante que as condições climáticas sejam conhecidas ainda nos dias anteriores e no raiar de cada dia de trabalho. A cor e o movimento das águas, as fases da lua e os ciclos de reprodução do mexilhão interferem na prática, que só pode ser realizada com segurança se o mar não estiver muito escuro, nem muito agitado. Apesar de conhecerem a localização das pedras submersas, local de reprodução do marisco, as correntes marítimas podem deslocar os marisqueiros de encontro às rochas. A claridade da água, por sua vez, permite a localização dos melhores pontos de coleta do marisco. Após a observação do tempo, os marisqueiros se deslocam em direção à ilha com as madeiras previamente coletadas⁴ das calçadas e caçambas, que servem para acender o fogo que cozinha o mexilhão.

De manhã cedo, momento em que o grupo está chegando na ilha, a maré está baixa, o que permite a travessia a pé. A maré começa a subir após o meio-dia, sendo necessário nadar ou voltar de barco para a praia. Ao chegar na Ilha, além dos arranjos paisagísticos naturais, é possível ver alguns “ranchos”, nome dado aos pontos de descasque do marisco. Os ranchos são compostos por uma mesa e coberturas feitas com materiais improvisados, apoiados nas grandes rochas que compõem a paisagem. Alguns são equipados com cadeiras e bancos.

Na ilha, para dar início ao trabalho, é necessário preparar o fogo para aquecer a panela cheia de água, que receberá o mexilhão coletado. Nesse momento, caso o marisqueiro tenha mais de um ajudante, o grupo pode se dividir para que o menos experiente observe o fogo e aguarde a volta dos mergulhadores. A divisão entre os mais e menos experientes é uma hierarquia construída em torno da capacidade de mergulho e coleta do marisco. Isso acontece porque o mergulho é visto como a parte mais difícil e perigosa do trabalho, sendo, pelo mesmo motivo, quase inteiramente restrito às mulheres, que permanecem nas funções em terra firme, ou coletando o marisco visível nas pedras em dias de maré baixa.

Os marisqueiros utilizam escavadeiras para raspagem das pedras, batendo nos cachos formados para soltá-los, para, em seguida, depositá-lo no barco, caso possuam um, ou em um suporte de isopor preso ao seu pescoço ou quadril. As condições de reprodução do marisco exigem que o mergulhador fique algum tempo sem respirar, simultaneamente ao exercício de força necessário para a retirada do animal das pedras. Em dias de mar agitado, a tarefa se complica. As dificuldades impostas pela natureza do trabalho se associam às construções sociais de gênero, sob as quais as mulheres não apenas seriam menos aptas para o trabalho

⁴ Uma prática comum entre o grupo é coletar continuamente as madeiras encontradas pelo caminho. Os vizinhos e amigos também reúnem os objetos e guardam para os marisqueiros.

físico de força, mas também estariam condicionadas a funções menos valorizadas. No marisco artesanal, a posição mais prestigiada é a de mergulhador, com hierarquias vinculadas ao tempo de apneia, de permanência no mar, de quantidade de idas ao mar e de quantidade de marisco coletado em quilos. Em oposição a ela, está o descasque, visto como uma tarefa chata e repetitiva pelos homens, e geracionalmente ocupada pelas mulheres. Apesar dessa função também ser realizada pelos homens iniciantes, pelos que trabalham individualmente ou ainda pelos experientes em momentos de necessidade - para que o trabalho acabe mais rapidamente ou quando os ajudantes não compareceram à praia -, o descasque é um encargo fundamentalmente associado à figura feminina.

O mexilhão cresce em cachos, sendo revestido por uma casca dura, que precisa ser cozida antes da etapa do descasque. Portanto, após chegar em terra firme, o animal é colocado nas panelas, que haviam ficado aquecendo durante a ida ao mar. Passado o cozimento, os mariscos resfriam para poderem ser descascados. O cozimento abre as conchas do marisco, permitindo que a próxima etapa comece. O descasque é feito manualmente, assim como todo o resto do trabalho. O procedimento envolve a retirada da concha - descartada na areia da Ilha -, a limpeza de cada marisco e o descarte daqueles que não possuem valor comercial. Apesar de ter um papel fundamental na valorização do pescado, o descasque é mal remunerado, como apontam as mulheres, que reclamam também do modo como a verba disponibilizada pelo edital foi utilizada, sem incluir equipamentos importantes para as descascadeiras.

Poderia vir melhorias pra cá, pra gente também, porque (...) eles nunca falaram sobre benefícios para a gente, marisqueira (...). “Ah, vamos comprar uma cabana para as meninas poderem trabalhar legal”. Não, foi tudo mais relacionado aos mergulhadores, entendeu? Motor, barco... Tudo bem, é uma ajuda pra gente também que facilita a entrada aqui pra dentro, mas nunca foi nada relacionado a... uma bota pra gente poder andar por aqui pra não cortar o pé, entendeu? (...) Às vezes a gente pega um tabuleiro, um negócio, pra gente poder não machucar a mão também. Nada disso, tudo foi baseado só pra eles, nada foi relacionado à gente, as descascadeiras. (...) Até hoje nunca teve nada disso para as meninas que trabalham descascando. (Rayane, marisqueira, sobre a escolha de não se associar)

A última etapa antes da comercialização é o ensacamento, que varia a depender do comprador. De modo geral, os marisqueiros da área vendem para um atravessador específico, que compra diariamente e em grande quantidade para revenda. A negociação entre as partes é feita após o dia de trabalho, no meio da tarde, e quase sempre leva ao rebaixamento do valor do produto, já que a maioria possui apenas o atravessador como cliente.

Os procedimentos descritos neste item acontecem há, no mínimo, cinquenta anos, conforme relata o grupo. Nas últimas décadas, entretanto, o aterramento das praias e o

desenvolvimento da urbanização do município impactaram diretamente o modo de organização para o trabalho e a apropriação do território. Os marisqueiros e pescadores artesanais são testemunhas fundamentais da transformação do cenário urbano e marítimo, presenciando todas as grandes construções da área desde os anos 1970 e indicando as espécies animais que desapareceram com a perda de qualidade da água. O povoamento do entorno pelas classes de alta renda e o início das obras de interesse turístico e cultural para a região são dois pontos fundamentais para entender parte das motivações desses marisqueiros para o trabalho associado, conforme exploro na próxima seção.

4. Boa Viagem: do vazio identitário ao lócus cultural

Alguns estudiosos apontam o “vazio identitário” sentido por Niterói quando perdeu o posto de capital do Estado do Rio de Janeiro no momento de fusão deste ao Estado da Guanabara por meio da lei nº 20 de 1974 (Luz, 2008; Sandri, 2020). Essa sensação de mal estar pelo então rebaixamento a uma vizinha da cidade mais famosa do Brasil é identificada em conjunto com outras transformações da época, como a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio Niterói, e intensificação da urbanização do município em um cenário de reestruturação produtiva.

Nesse processo, se intensificaram as parcerias público-privadas e o incentivo à criação de empreendimentos como a antiga Sandiz, uma grande loja de departamentos localizada na região central da cidade, então pertencente ao grupo Pão de Açúcar. A construção se deu em paralelo ao aterramento do Morro da Armação até o Morro do Gragoatá (Dechelette, 2014). Esse projeto incluiu o aterramento da Praia Grande, local de trabalho e moradia de um dos mais antigos grupos de pescadores da cidade, reunidos na Associação Pescadores e Amigos de São Pedro (APASP). À Sandiz deu lugar o atual Bay Market, um shopping localizado ao lado do terminal de ônibus, que conta, por isso, com intenso fluxo de transeuntes. Os pescadores desapropriados foram realocados ao fundo do comércio, perdendo visibilidade.

A transferência da capital do estado para o Rio de Janeiro resultou na perda de recursos para completar o projeto urbanístico que visava “modernizar” o agora planejado terreno entre as zonas norte e sul da cidade (Idem). Nesse contexto, segundo Sandri (2020), o centro de Niterói sentiu especialmente o impacto da perda de recursos e serviços, cenário no qual são construídos novos sentidos para o bairro de Icaraí e o seu entorno. Como aponta Carvalho (2005), interessa, então, investigar quais são as estratégias e intervenções materiais do empresariado e dos gestores públicos na reordenação urbanística para a construção desses

sentidos, principalmente no que tange às adequações às “novas demandas do capitalismo mundial” (Carvalho, 2005, p. 4).

A partir daí, os pesquisadores entendem que a política urbanística da cidade foi alçada para cunhar uma representação baseada no investimento e fortalecimento de aparelhos culturais conhecidos internacionalmente, em uma tentativa de estabelecer uma identidade que a singularizasse e a diferenciasse da sua vizinha mais famosa, de modo a promover uma imagem de qualidade de vida acima da média nacional. Aqui, a cultura é utilizada como mercadoria para vender um projeto de cidade concebido e desenvolvido ao longo da gestão PDTista, tradicional localmente, que contou com Jorge Roberto Silveira, eleito quatro vezes prefeito de Niterói (1989-1992, 1997-2000, 2001-2002 e 2009-2012), como seu principal expoente:

Em 1990, o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural coloca em pauta a elaboração de um Plano Diretor para a cidade, que seria um “instrumento de preservação cultural”. Ou seja, as ações do Conselho seriam norteadas pela noção de patrimônio, visto que o patrimônio cultural seria o meio para uma melhor qualidade de vida e por consequência, a base da identidade urbana ainda a ser construída (SANDRI, 2020, p. 24).

A criação do Museu de Arte Contemporânea (MAC) é emblemática nesse aspecto, sendo até hoje palco de disputas de pertencimento, como fica evidente nas falas dos pescadores e marisqueiros moradores do Morro do Palácio, que recorrentemente lembram que habitavam e ocupavam a região antes da construção do MAC. Essa afirmação demonstra, em uma primeira camada, a afirmação de sua importância em consonância com a obra arquitetônica e cultural mais conhecida da cidade; em outro nível, revela a sensação de invisibilidade de sua história, marcada pela desapropriação e realocação quando do aterramento da praia do Gragoatá e Boa Viagem, que permitiu a construção dos *campi* da UFF, e das construções dos primeiros prédios na orla. O Museu, assim, funcionou como modo de valorização da cidade, de modo geral, e dos bairros da zona sul, mais especificamente, que viu crescer os empreendimentos imobiliários, incentivados pela elevação do custo do solo urbano e do custo de vida.

Uma das entradas para o Morro do Palácio é localizada na rua em frente ao MAC. Assim como outros moradores do Palácio, é por lá que os pescadores e marisqueiros acessam a praia de Boa Viagem, levando consigo os seus materiais de trabalho. Os trabalhadores utilizam um carrinho de supermercado para carregar suas ferramentas, latas de tinta como panelas para cozimento do marisco e madeira para acender o fogo à lenha. Geralmente, os marisqueiros coletam a madeira descartada em caçambas ou nas ruas, prática hostilizada

pelos moradores da orla, conforme relata o grupo pesqueiro. Aqui, é importante notar que a crítica se dá mais pela coleta das madeiras descartadas, se aliando ao argumento de preocupação ambiental acerca dos resíduos gerados pela queima somente em um segundo momento. A problematização dos efeitos à natureza sem observar o contexto social e os conhecimentos tradicionais é um ambientalismo vazio, utilizado inclusive pelas autarquias interessadas na chamada “revitalização” da Ilha de Boa Viagem, ideia que retomarei mais adiante no trabalho. Existe, assim, uma confluência entre Boa Viagem, o bairro e a praia, e o Morro do Palácio.

5. Morro da Boa Viagem, o Palácio

O Palácio é uma favela localizada entre os bairros do Ingá, São Domingos e de Boa Viagem, em Niterói. Assim como o Morro do Cavalão, em Icaraí, e o Preventório, em Charitas, o Palácio também se localiza em uma área valorizada da cidade, que reúne alta concentração de renda. Tem, além disso, vista para o mar, para os principais pontos turísticos da cidade e proximidade com alguns *campi* da Universidade Federal Fluminense (UFF). Essas particularidades, principalmente as que se referem ao convívio com a praia, são motivo de orgulho para os seus moradores, que relacionam a economia do Morro à pesca artesanal. Isso acontece porque a povoação do território, iniciada em algum momento entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, é rememorada em associação à exploração do pescado até então abundante. Antes chamado de Morro de Boa Viagem, a designação atual ao espaço faz referência ao Palácio Nilo Peçanha, hoje conhecido como Museu do Ingá, mas que serviu como sede do governo fluminense a partir de 1903, permanecendo com essa finalidade política até a fusão dos governos guanabara e fluminense, em 1975, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro. O Palácio fica aos pés da segunda entrada ao morro, na descida que leva para o Ingá e para o *campus* da faculdade de direito da UFF. Segundo os marisqueiros, o Morro do Palácio seria a designação dessa parte da favela. Com o passar do tempo, porém, o título foi incorporado ao território integral.

O morro se encontra entre dois dos bairros com maior concentração de renda e aparelhos de ensino e cultura do município. A entrada pelo bairro do Ingá se dá por meio da rua Onze de Agosto, esquina com o *campus* da UFF e com o Museu do Ingá (Palácio Nilo Peçanha), na Presidente Pedreira, principal rua do Ingá. Essa seria a localização responsável por nomear o morro a partir da antiga sede da capital fluminense. Do outro extremo do morro, vemos a entrada a partir de Boa Viagem, que se dá por meio da rua Nair Margem

Pereira. Ao fim dessa rua, se chega à escadaria que leva ao morro, especificamente ao MACquinho, o único aparelho público projetado por Oscar Niemeyer sediado em uma favela. Inaugurado em 2008, foi projetado como anexo do Museu de Arte Contemporânea (MAC), batizado de Módulo de Ação Comunitária e apelidado de MACquinho pela proximidade ao Museu (Agência Estado, 2009). O projeto é descrito por matérias de jornais como uma tentativa, a partir de 1999, de integrar a população do Palácio ao MAC, que não costumava ser visitado pelos habitantes do morro (idem). A batalha em torno do reconhecimento pelo pertencimento do Morro do Palácio à Boa Viagem, o que significaria uma livre circulação pelo território e pelos bens culturais, é sentida ainda hoje, como é possível identificar nas falas e ações de intervenção dos moradores.

Com o passar dos anos, a gestão do MACquinho foi transferida mais de uma vez, e o seu uso, restrito por alguns anos pelas reformas e mudanças administrativas. Hoje, o aparelho foi renomeado como Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa, associado à Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Economia Criativa (SMAEC). A reabertura do espaço aconteceu no dia onze de novembro de 2023, marcando o início de uma agenda cultural com exposições artísticas e históricas sobre o povoamento do território. É utilizado também para oficinas e cursos destinados à população palaciana, além de ser palco de mutirões de ações do governo, como o cadastramento no CadÚnico. O MACquinho possui algumas salas que podem ser reservadas para o uso dos moradores. Foi em uma dessas que aconteceram as reuniões de fundação da TAMBOA, a associação dos pescadores e marisqueiros artesanais de Boa Viagem.

Apesar da perda de espaço da pesca artesanal com o aterramento das praias, com o desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários da orla e do desequilíbrio ecológico que afetou a diversidade das espécies marítimas, ainda hoje as famílias do Palácio têm na pesca artesanal e na extração do mexilhão uma das atividades econômicas seguras, para a qual podem voltar em caso de necessidade, ou como fonte principal de renda. A segurança diz respeito ao lugar que a pesca ocupa na trajetória dos indivíduos, isto é, como possibilidade e modo de vida. Se antes essa atividade realizada pelos moradores do Palácio se estendia por todo o mar das Praias da Baía, paulatinamente foi sendo comprimida até se limitar à Ilha de Boa Viagem. A restrição envolveu a maior fiscalização da atividade e os projetos urbanísticos da cidade, com a modernização das orlas, dos portos e da planificação do terreno para construção de empreendimentos comerciais e imobiliários, além dos *campi* do Gragoatá e da Praia Vermelha da UFF. Além do impedimento de ordem prática, com o desaparecimento de faixas inteiras de mar, o povoamento dos bairros do entorno foi um ponto de inflexão para o

reordenamento dos pescadores, que passaram a lidar com novos frequentadores da areia e do asfalto, testemunhando a valorização do solo urbano e a transmutação dos ideais niteroienses conforme a cidade crescia, em um cenário de reestruturação produtiva e de rearranjo dos aparelhos públicos do município, que se recuperava da perda do status de capital do estado (Dechelette, 2014).

Os conflitos envolvendo a pesca artesanal na região fazem parte do que Albernaz (2018) chamou de “regulação do cotidiano”, em que a pauta da moralidade e do prestígio social está diretamente relacionada ao local de moradia dos pescadores e à crescente preocupação acerca dos pobres urbanos na segunda metade do século XX. Nesse processo, a associação da produção da violência à presença dos *favelados* em Boa Viagem foi mediada pelo Estado, que passou a reprimir as atividades dos pescadores e marisqueiros artesanais utilizando argumentos de cunho ambiental, patrimonial e sanitário para a desapropriação dos seus territórios de trabalho. Entretanto, ainda hoje a Ilha permanece sendo utilizada pela comunidade pesqueira do Palácio, que consegue um acesso à cidade que estaria restrito às elites, não fosse a possibilidade de moradia mais barata e localizada perto dos postos de trabalho e das opções de lazer. Isso significa dizer que o acesso ao território da Ilha para a continuidade da pesca artesanal só é possibilitado pela proximidade com o seu local de moradia, em uma relação no qual as fronteiras entre trabalho e habitação são borradas, já que os procedimentos necessários para o trabalho na pesca começam ainda em cima do Morro, e a iniciação na prática depende, via de regra, das relações estabelecidas entre os familiares, amigos e vizinhos (Ramalho e Freitas, 2023).

No processo de deslocamento e apropriação territorial dos marisqueiros e pescadores artesanais em Boa Viagem, é visível o desconforto dos moradores da orla, e uma das expressões das desigualdades de raça e classe, que marcam quem pode frequentar a praia e o seu entorno sem ser percebido como *outsider*, para usar o termo de Elias e Scotson (2000). Essa percepção motivou novos deslocamentos nos últimos anos, acarretando em transferências seguidas da Ilha para a faixa de areia abaixo do MAC e/ou para o pé do morro, somente para, em seguida, retornarem para a Ilha - devido ao “desconforto” associado ao “mau cheiro” do pescado para os moradores do asfalto. Assim como fica evidente no trabalho dos autores mencionados acima, o processo de estigmatização dos marisqueiros artesanais interfere na autoimagem do grupo, que passa a se incomodar com o próprio modo de agir e trabalhar na praia, dado que interferem na capacidade de gerar renda. Essa capacidade foi um dos argumentos utilizados para aproximar os pescadores do circuito econômico solidário da cidade.

6. Os pescadores da Ilha de Boa Viagem e as disputas a partir do território e patrimônio

A Prefeitura de Niterói noticia as reformas de restauração da Ilha de Boa Viagem desde 2021. Tombada como patrimônio histórico e cultural em 1938 pelas edificações que datam do século XVII e pelo histórico de ser o refúgio de “homens do mar”, é conhecida pelas festas religiosas, pela capela erguida em homenagem a Nossa Senhora de Boa Viagem e pela ponte que a liga até a terra. A Ilha e o seu entorno se estabelecem hoje como pontos de interesse de agentes públicos e privados. Na orla, vemos alguns dos prédios mais luxuosos da cidade, com varandas cercadas de vidro para não apagar o aspecto mais cobiçado do local: a vista para a Ilha.

A Ilha da Boa Viagem foi reaberta ao público em setembro de 2023 como um “museu a céu aberto”, parte integrante do Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT), e se instituindo como a primeira “Ilha Museu” do país. Essa ação faz parte de uma série de obras e realizações do governo municipal para comemorar os 450 anos da cidade, completados em novembro de 2023 (IPHAN, 2023). Passa a fazer parte do já conhecido circuito turístico da orla, ao lado do Museu de Arte Contemporânea, o MAC.

Os planos da gestão municipal para a Ilha envolvem, além do museu a céu aberto, a criação do Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT) por meio do decreto nº 11.744, de outubro de 2014, como uma Unidade de Conservação, conforme a lei federal nº 9.985/2000. As Unidades de Conservação se configuram como um espaço de aspectos naturais relevantes, sendo submetido, por isso, a uma administração e regras específicas dentro de seus limites territoriais, garantindo a preservação ambiental, restauração de ecossistemas e desenvolvimento sustentável. Essa legislação estabelece a necessidade de um plano de manejo como método técnico para determinar os setores e as zonas da Unidade, bem como as disposições normativas de uso e manipulação dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Ambas iniciativas colocam restrições ao trabalho dos marisqueiros e pescadores artesanais da área, já que o plano de manejo do PARNIT, por exemplo, não reconhece o espaço como território tradicionalmente ocupado pelo grupo. Em julho de 2023, os marisqueiros foram comunicados pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) sobre uma potencial desapropriação da área⁵, que seria realizada pela

⁵ Embora essa não seja a função da FIPERJ, órgão de pesquisa e desenvolvimento, os funcionários e a gestão da instituição atuaram no vácuo de comunicação deixado pelas secretarias municipais envolvidas na revitalização da Ilha, que falharam em estabelecer o diálogo com os pescadores sobre a criação do Parque Natural Municipal de Niterói, o PARNIT, e sobre os efeitos das obras empreendidas no local.

prefeitura municipal de Niterói. Foi apenas nesse momento que os trabalhadores tiveram conhecimento do motivo das obras na Ilha. A partir de então, a FIPERJ convocou uma série de reuniões para discutir os efeitos das intervenções para a vida dos marisqueiros artesanais de Boa Viagem com as autarquias envolvidas, principalmente nas figuras da Secretaria de Ações Estratégicas e Economia Criativa (SAEC) e a SMARHS. Esse comunicado era direcionado especialmente à TAMBOA, embora existam outros trabalhadores individuais que ocupam o território. Acompanhei os marisqueiros em três das cinco reuniões. Nesse processo, o grupo dos pescadores artesanais foi apoiado por outras comunidades pesqueiras do entorno, como a Associação dos Pescadores e Amigos de São Pedro (APASP), e por professores e alunos da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A organização do grupo e o apoio de outras instituições foram aspectos fundamentais para a pressão política sobre a gestão municipal, que assinou o decreto nº 15.058/2023, reconhecendo os marisqueiros artesanais da Ilha de Boa Viagem como comunidade tradicional (Niterói, 2023). Essa conquista é importante porque o reconhecimento de um povo como tradicional deve garantir certos direitos estabelecidos na lei 6.040/2007, como o acesso ao território e aos recursos naturais necessários para a reprodução social, cultural e econômica, conforme o artigo terceiro (Brasil, 2007). Destaca-se, porém, o debate em torno dos termos do tombamento, que teve como opção reconhecer apenas a TAMBOA como comunidade tradicional, excluindo do decreto os demais pescadores e marisqueiros artesanais da área. Essa discussão, além de demonstrar o descompasso e desconhecimento dos gestores públicos sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, indica que o poder público sobrevaloriza o aceite aos ideais jurídico-burocráticos pelo grupo, que formalizou a Associação no final de 2022, em detrimento do direito à expressão cultural e econômica específica das comunidades pesqueiras. Nas reuniões e nas interações com representantes dos órgãos citados nesta seção, observou-se o estímulo à modernização e anuência aos padrões técnico-científicos ditados pelas legislações que visam ordenar o território marítimo.

Compreendo que a observação de como se trata jurídica e politicamente a questão ambiental e patrimonial consegue indicar, em alguma medida, os padrões de desigualdade social, em especial de raça e classe, que já mobilizaram as discussões institucionais em torno da construção de novos empreendimentos, mas que, conforme considero, também pautam o legislado sobre as áreas de preservação ambiental e de gestão dos recursos naturais, em especial o território marítimo. Isso acontece com a distribuição desigual dos efeitos de tratar o meio ambiente e a natureza como bens intocados, que resultam, em vários casos, na

"privatização" de espaços públicos, capitaneada em grande medida pelos poderes municipais e estaduais, dado que a transformação de uma área em uma Unidade de Conservação, ao se tratar do estabelecimento de Parques Municipais, limita o acesso a grupos social e economicamente privilegiados. Além disso, retira de vista comunidades tradicionais, ignorando seus conhecimentos e a especificidade de seus trabalhos.

A promulgação do decreto municipal 15.058/2023 deu novo ânimo aos pescadores e marisqueiros artesanais, que apresentam a criação da Associação de modo diverso a depender do contexto e do momento no qual se fala. A TAMBOA, assim, é entendida como uma maneira de valorizar seus produtos e de proteção contra a coerção de suas práticas, sendo uma forma de fortalecer o argumento pela permanência no espaço.

Referências bibliográficas

Almeida, Alfredi W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, p.9-32, V.6, N.1/ Maio, 2004. Disponível em URL: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>

Brasil. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

Bronz, Deborah. Da tutela à luta pela autonomia. Políticas e direitos da pesca artesanal no Brasil. TESSITURAS, Pelotas-RS, V.11, N1, p. 76-94, JAN-JUN, 2023. Disponível em URL: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/5547/5784>

Dechelette, Ismael. "O mexilhão é ouro preto": ressignificação e resiliência num grupo de marisqueiros de Niterói. Orientador: Pedro Heitor Barros Geraldo. Co-orientador: José Colaço Dias Neto. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014

Figueiredo, Marina Morena. Prost, Catherine. O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal. Revista feminismos, Vol.2, N.1 Jan/Dez 2014, p. 82-93

Gaiger, Luiz Inácio. Mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. Revista ABET: Brazilian journal of labour studies, vol 12, n 1, p. 7-24, jun 2013

Luz, Margareth. "Nasce uma nova Niterói": representações, conflitos e negociações em torno de um projeto Niemeyer. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 273-300, jul./dez. 2009

Niterói. Decreto municipal nº 15.058 de 18 de setembro de 2023. Reconhece os marisqueiros da Ilha de Boa Viagem como comunidade tradicional do município de Niterói. Niterói, 2023

O'dwyer, E. C. Nas fronteiras do Estado-nação: conflitos socioambientais e incêndios florestais nas terras indígenas dos Awá-Guajá no Maranhão. *Revista Pós Ciências Sociais*, V.13, N.26, 31–48, 2016. Disponível em URL: <https://doi.org/10.18764/2236>

Prefeitura de Niterói. Plano de Manejo: Parque Natural Municipal de Niterói. Niterói: Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade. 2021

Ramalho, Larissa. Freitas, Mariana. Caracterização dos modos de vida e das formas de ocupação tradicional da comunidade de marisqueiros da Ilha de Boa Viagem, Niterói. Relatório apresentado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

Santos, Eliane A.; Souza, Rosemeri M. Conflitos Socioambientais na pesca artesanal: um olhar sobre o cotidiano de pescadoras do Recife. In: Martinez, Silva A. e Hellebrandt, Luceni. Mulheres (Orgs). *Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil*. 1ed. Campos dos Goytacazes: Eduenf, 2019, v. 1, p. 111-138.